



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

430

Transformações do tempo de trabalho nos EUA

Denis Maracci Gimenez

Maio 2022



UNICAMP

ie Instituto de
economia

Transformações do tempo de trabalho nos EUA

Denis Maracci Gimenez ¹

Resumo

Frente às radicais transformações sociais, econômicas, produtivas e tecnológicas das primeiras décadas do século XXI, o objetivo deste trabalho é tratar das transformações recentes sobre o tempo de trabalho nos Estados Unidos. De forma incontornável, tomamos o velho tema da redundância do trabalho como ponto de partida e, em perspectiva histórica, procuramos identificar certas tendências estruturais a partir de possibilidades históricas relativas ao tempo de trabalho redundante. Ele pode aparecer como desemprego e exclusão social na chamada era da globalização, mas também na vertiginosa redução da jornada de trabalho ao longo do século XX; no *Welfare State* estruturado nos anos de ouro do pós guerra, em atividades de professores, médicos, enfermeiros, ou ainda, como extensão da vida escolar para os jovens ou no avanço dos modernos sistemas previdenciários que retardam a entrada ou retiram pessoas do mercado de trabalho, diminuindo a taxa de atividade. Possibilidades históricas configuradas e reconfiguradas no plano da politização das relações econômicas, que se apresentaram ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI no mundo industrializado, como não poderia deixar de ser, em seu mais importante representante, os Estados Unidos.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Tempo de trabalho, EUA, Jornada de trabalho.

Abstract

Work time transformations in the USA

Faced with the radical social, economic, productive and technological transformations of the first decades of the 21st century, the objective of this work is to address the recent changes in working time in the United States. In an unavoidable way, we take the old theme of work redundancy as a starting point and, in a historical perspective, we seek to identify certain structural trends based on historical possibilities related to redundant working time. It can appear as unemployment and social exclusion in the so-called era of globalization, but also in the vertiginous reduction in working hours throughout the 20th century; in the Welfare State structured in the post-war golden years, in activities of teachers, doctors, nurses, or even as an extension of school life for young people or in the advancement of modern social security systems that delay entry or withdraw people from the labor market, decreasing the activity rate. Historical possibilities configured and reconfigured in terms of the politicization of economic relations, which appeared throughout the 20th century and in the first decades of the 21st century in the industrialized world, as it could not fail to be, in its most important representative, the United States.

Keywords: Labor Market, Working time, USA, Working day.

JEL: J22.

Introdução

Frente às radicais transformações sociais, econômicas, produtivas e tecnológicas das primeiras décadas do século XXI, as considerações sobre o tempo de trabalho nos Estados Unidos implicam, de forma incontornável, tomarmos o velho tema da redundância do trabalho como ponto de partida. Não por motivos retóricos ou preciosismo acadêmico, mas pela centralidade do tema para nossas considerações.

A existência de um *quantum* excedente de força de trabalho é expressão da dinâmica geral do modo de produção capitalista. Sob o regime do capital, o trabalho transformado em mercadoria,

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do CESIT. E-mail: maracci@unicamp.br.
ORCID: [0000-0002-7343-2328](https://orcid.org/0000-0002-7343-2328).

como força de trabalho – em sentido preciso, trabalho em potência – é submetido aos objetivos do processo autorreferenciado de produção de riqueza abstrata (Belluzzo, 1998). Não por outro motivo, a redundância do trabalho, tratada por Marx em “O capital”, aparece integrada a chamada lei geral da acumulação capitalista. (Marx, 1988).

Quando descreve a progressiva mudança da composição orgânica do capital, trata de uma dinâmica que rompe os limites naturais do fazer humano, ampliando a força produtiva do trabalho social sob uma base técnica em permanente transformação. O processo da vida social é progressivamente controlado pelo que denomina *General Intellect*, instituindo uma forma de apropriação do conhecimento humano, que acelera o tempo e desqualifica o trabalho (Belluzzo, 2019, p. 74). Em um movimento contraditório, ao tornar o trabalho mais produtivo, o regime do capital promove relativa autonomização de forças externas ao processo de valorização – as condições naturais de existência e dos homens. O trabalho em potência torna-se redundante, mais desnecessário e desqualificado (Marx, 2011, p. 582-583).

No plano histórico concreto, constitui-se uma população supérflua, ou nas palavras de Marx, uma “superpopulação relativa”, descrita por ele em matizes variadas: na figura dos desocupados parciais e daqueles inteiramente desocupados, o chamado “sobretabalho líquido”, ambos próximos ao centro capitalista moderno; pelo “sobretabalho latente”, materializado na massa de trabalhadores que ainda não estão incorporados à lógica da exploração capitalista, mas estão prontos à servi-la e a serem incorporados; ou ainda no pauperismo, nos “estagnados” que podem estar aptos ao trabalho, porém longe de serem aproveitados, como os considerados vagabundos, delinquentes, maltrapilhos, inaptos, etc.². De forma mais precisa, trata-se de uma lei de movimento do modo de produção que transforma o tempo de trabalho em uma base miserável no processo de valorização.

A “essência” das formulações de Marx revela-se nas possibilidades de superação do trabalho como necessidade, que tomam “aparências” distintas. Marx descreve a superpopulação relativa como uma forma histórico-concreta da redundância do trabalho sob o regime do capital, como uma “forma de aparecer”. Uma possibilidade histórica de manifestação do trabalho em potência sobrando, do excedente de força de trabalho socialmente necessária, sob a forma de “exército industrial de reserva”, de sobretabalho líquido, latente ou estagnado.

Temos assim outras possibilidades históricas relativas ao tempo de trabalho redundante. Ele pode aparecer como desemprego e exclusão social na chamada era da globalização, mas também na vertiginosa redução da jornada de trabalho ao longo do século XX; no *Welfare State* estruturado nos anos de ouro do pós guerra, em atividades de professores, médicos, enfermeiros, ou ainda, como extensão da vida escolar para os jovens ou no avanço dos modernos sistemas previdenciários que retardam a entrada ou retiram pessoas do mercado de trabalho, diminuindo a taxa de atividade. Possibilidades históricas configuradas e reconfiguradas no plano da politização das relações econômicas, que se apresentaram ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI no

(2) Conforme tratado em Gimenez (2003, p. 27), Marx aponta que a expansão da produção capitalista se torna possível a partir da disponibilização de farto material humano, que independe do crescimento absoluto da população: “...não basta à produção capitalista de modo algum, o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece, ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva, independente dessa barreira natural”.

mundo industrializado, como não poderia deixar de ser, em seu mais importante representante, os Estados Unidos.

1 Tendências históricas da jornada de trabalho nos Estados Unidos

A condição de assalariado consolidou-se no século XX como um elemento estruturante das sociedades industriais, a partir da grande empresa capitalista e do desenvolvimento das funções do Estado, conforme destaca Robert Castel. A trajetória histórica destas sociedades, mostra que entre as condições daqueles considerados inúteis para o mundo, os vagabundos do século XV, anteriores à Revolução Industrial, aos inempregáveis contemporâneos, a condição de assalariado sai do descrédito, de sinônimo de dependência e sujeição, passando a ocupar o *status* de principal parâmetro de obtenção de renda e proteção social (Castel, 1998).

O movimento de luta das forças sociais politicamente organizadas em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais diversos, contra os efeitos da dinâmica de funcionamento do capitalismo de crescente e constante desqualificação do trabalho, ampliou a demanda pela criação de novos mecanismos de proteção social e de promoção do bem-estar, capitaneada, em grande medida e de forma diversa, pelos vários Estados Nacionais. Em um processo de politização das relações econômicas, os direitos associados ao bem-estar social materializaram-se nessa sociedade salarial na figura do Estado de Bem-Estar Social, encarregado de fazer respeitar entre outras coisas, o direito à renda e ao emprego, através da mobilização e regulação das formas institucionais endógenas ao modelo de desenvolvimento³.

A ordem instituída no pós-guerra possibilitou a obtenção de taxas de crescimento das economias nacionais superiores a qualquer período da história do capitalismo. A expansão das forças produtivas, constituiu-se num pilar para a obtenção de elevados níveis de absorção da mão-de-obra próximos ao pleno emprego.

Com efeito, em tais condições estavam embutidas novas possibilidades de uma atuação mais ampla não só contra o desemprego, mas contra as diversas formas de manifestação do excedente da força de trabalho, a partir de políticas de geração de empregos fora da esfera tipicamente capitalista de acumulação, que acabaram por fomentar um processo crescente de “desmercantilização do trabalho”.

Tal processo, dentre outras formas, pode ser visto pela própria dinâmica de crescimento do emprego no pós-guerra, onde o emprego vinculado às estruturas do Estado cresce, em média, mais rapidamente do que aqueles vinculados ao setor privado em geral e de maneira próxima ao crescimento do emprego no setor de serviços privados. Particularmente o crescimento do emprego público no âmbito dos programas sociais é um traço decisivo no pós-guerra, que pode ser observado tanto pelo crescimento deste como percentual do emprego público total, como seu crescimento na participação no emprego total da força de trabalho (Rose, 1985).

(3) Conforme Aglietta e Brender, (1986); a sociedade salarial abriga o conjunto das formas funcionais da divisão do trabalho no modo de desenvolvimento do capital que são passíveis de adotar a forma salarial; a sociedade salarial integra as diferenciações reais e formais e a proletarização é progressivamente mantida e diluída, onde o conflito entre proletários e burgueses – e sua violência potencial – podem assim ser regulados dentro do regime de assalariamento. “Chamamos de sociedade salarial aquela na qual as diferenciações principais encontram-se no interior do regime de assalariamento”.

Tabela 1
Emprego Público em % da força de trabalho, 1951-1981^a

	1951	1981
Grã Bretanha	26,6	31,4
França	17,5	32,6
Itália	11,4	24,4
Alemanha	14,4	25,8
Suécia	15,2	38,2
EUA	17,0	18,3

Fonte: Rose (1985).

^a Anos diferentes segundo cada nação: Grã Bretanha, 1951/1981; França, 1950/1982; Alemanha, 1950/1980; Itália, 1951/1981; Suécia, 1950/1980; EUA, 1952/1982.

Em meio a afluência da sociedade norte americana dos anos dourados do pós guerra, a importância do emprego público entre o total de ocupados cresceu pouco, variando de 17% para pouco mais de 18% entre as décadas de 1950 e 1980, sendo bastante inferior de outros países da OCDE e dos países europeus.

Todavia, a participação do emprego em programas sociais como parte do emprego público mais que dobrou nos Estados Unidos durante o pós guerra, refletindo em grande medida a luta política travada no país pelos direitos civis e mais ainda, da série de programas sociais implementados pelo governo do presidente Lyndon Johnson, no âmbito do que denominou como *Great Society*.

Tabela 2
Emprego Público em programas sociais, 1951-1981 (% do emprego público total)

	1951	1981
Grã Bretanha	20,9	45,3
França^a	19,4	42,4
Alemanha	30,8	37,8
Itália	22,3	38,0
Suécia	29,8	53,8
EUA	23,9	48,7

Fonte: Rose (1985).

^a Para a França, 1951-1980.

Trata-se de uma ruptura no que se refere aos problemas relativos à absorção da força de trabalho, que passa a não estar mais condicionada de forma única à utilização do trabalho na acumulação capitalista. Neste sentido, a função do Estado de bem-estar-social, pode ser sintetizada, segundo Francisco de Oliveira, de forma ampla na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactuadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

Oliveira assinala que o crescimento do salário indireto e das despesas públicas sociais, combinado a um forte progresso técnico, à organização fordista da produção, aos enormes ganhos de produtividade, constituem-se como fatores essenciais e estruturantes para a conformação de um padrão de consumo de massa, que passa a ser predominante no pós-guerra (Oliveira, 1988).

O impacto do gasto público social sob o conjunto da sociedade, ao mesmo tempo em que pode ser visto pela consolidação de uma renda indireta apropriada pelos trabalhadores, apresenta outra dimensão fundamental quanto à organização do mercado de trabalho e da melhoria da qualidade de vida de grande parte da população nos países avançados. Se, por um lado, o avanço do gasto público tem um enorme impacto na criação de postos de trabalho, ampliando a demanda por força de trabalho particularmente em áreas como saúde e educação, por outro lado, o gasto social retira pessoas do mercado de trabalho, diminuindo a oferta de força de trabalho.

Sem que fosse conscientemente planejado, o desenvolvimento das estruturas de bem-estar e proteção social nos países avançados durante o pós-guerra, em especial a ampliação dos sistemas educacionais e dos sistemas previdenciários, simultaneamente passaram a retardar a entrada de jovens no mercado de trabalho, por força do prolongamento de sua vida escolar e a antecipar a retirada de trabalhadores do mercado de trabalho, pela universalização dos sistemas previdenciários. O resultado visto foi uma importante redução do volume e tempo de permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, reduzindo a pressão pela criação de novas vagas e fornecendo amparo e proteção social a grupos tipicamente atingidos pelo desemprego, como jovens e trabalhadores idosos.

Em uma outra frente, cara a esse padrão de desenvolvimento e da organização do mercado de trabalho, está a brutal redução da jornada de trabalho, profunda marca do desenvolvimento capitalista – a partir das transformações promovidas no âmbito da segunda revolução industrial, particularmente no pós guerra. Em excelente trabalho sobre o tema, Hubermann e Minns (2007), trazem uma perspectiva histórica sobre as diferenças de horário de trabalho entre os países da OCDE, explorando novos conjuntos de dados sobre horas de trabalho por semana e dias e horas de trabalho por ano entre 1870 e 2000.

Entre outras considerações, contestam a tese de que a divergência nos horários de trabalho entre a Europa e a América do Norte e a Austrália é um fenômeno recente, mostrando que desde 1870, o declínio nas taxas semanais e nas horas anuais eram consistentemente maiores no Velho Mundo, com exceção da década de 1930. Ao mesmo tempo, demonstram características da força de trabalho e da desigualdade, tidas como determinantes importantes do tempo de trabalho após 1970, tiveram efeitos comparáveis no período anterior a 1913, portanto, em distintas “eras liberais”. Também indicam que, dados seus níveis de renda em 1870 e em todo período estudado, trabalhadores do Novo Mundo forneceram demasiadas horas de trabalho relativamente (Hubermann; Minns, 2007).

Entre os países relacionados, em 1870, Estados Unidos integra um pequeno bloco de países com jornadas anuais inferiores a 3 mil horas de trabalho. A acelerada redução da jornada de trabalho nos países europeus a partir de 1900 até 1929, promoveu uma convergência das cargas de trabalho entre as principais economias do mundo, conforme demonstram os dados da tabela 3.

Tabela 3
Horas anuais de trabalho em países selecionados, 1870-2000

	1870	1880	1890	1900	1913	1929	1938	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Bélgica	3.483	3.344	3.177	3.064	2.841	2.229	2.196	2.404	2.289	1.851	1.736	1.699	1.547
Dinamarca	3.434	3.172	2.933	2.742	2.731	2.301	2.203	2.071	1.929	1.871	1.693	1.492	1.473
França	3.168	3.165	3.119	3.115	2.933	2.198	1.760	2.045	2.025	1.849	1.696	1.558	1.443
Alemanha	3.284	3.223	3.018	3.056	2.723	2.128	2.187	2.372	2.144	1.808	1.696	1.541	1.463
Irlanda	3.108	3.017	2.869	2.795	2.690	2.182	2.171	2.437	2.320	2.103	1.954	1.992	1.686
Itália	3.000	3.008	3.006	3.014	2.953	2.153	2.162	1.951	2.012	1.825	1.724	1.674	1.612
Holanda	3.274	3.194	3.105	3.037	2.942	2.233	2.281	2.156	2.002	1.709	1.667	1.414	1.352
Espanha	2.968	2.876	2.787	2.710	2.601	2.342	2.030	2.052	2.042	2.124	1.968	1.832	1.815
Suécia	3.436	3.187	2.937	2.745	2.745	2.152	2.131	2.009	1.902	1.683	1.523	1.550	1.645
Suiça	3.195	3.083	2.925	2.834	2.704	2.281	2.085	2.092	1.952	1.835	1.721	1.617	1.597
Reino Unido	2.755	2.740	2.669	2.656	2.656	2.257	2.200	2.112	2.134	1.919	1.758	1.698	1.653
Austrália	2.792	2.647	2.501	2.385	2.214	2.186	2.109	2.023	1.945	1.837	1.815	1.806	1.797
Canadá	2.845	2.934	3.017	3.102	2.868	2.354	2.212	2.111	2.014	1.874	1.825	1.830	1.825
Estados Unidos	3.096	3.044	2.983	2.938	2.900	2.316	1.756	2.008	2.033	1.942	1.853	1.840	1.878
Velho Mundo	3.191	3.092	2.967	2.888	2.774	2.223	2.128	2.155	2.068	1.871	1.740	1.642	1.572
Novo Mundo	2.911	2.875	2.834	2.808	2.661	2.285	2.026	2.047	1.997	1.884	1.831	1.825	1.833
Mundo	3.131	3.045	2.938	2.871	2.750	2.230	2.133	2.132	2.053	1.874	1.759	1.682	1.627

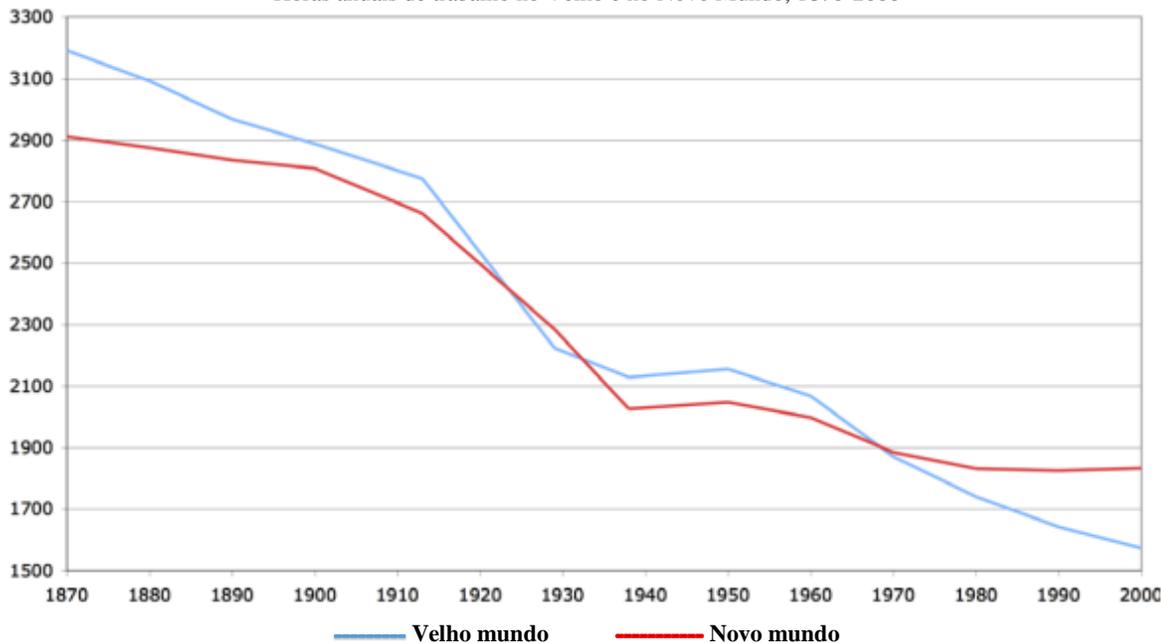
Fonte: Huberman e Minns (2007).

Notas: Os números em itálico para 1913 são previstos para valores de 1870-1900 (Huberman, 2004). O Velho e o Novo Mundo (ponderados) são médias ponderadas da população. 1870-1913, Huberman (2004); 1929 e 1938; os valores para a Espanha em 1938 são para 1936. 1950-2000, University of Groningen e o Conference Board GGDC Total Economy Database (2005).

No governo do presidente F. D. Roosevelt, em meio aos impactos da grande depressão da década de 1930 e das iniciativas no âmbito do *New Deal*, ocorreu uma rápida redução das horas anuais de trabalho nos Estados Unidos, que caíram de 2.316 para 1.756 horas entre 1929 e 1938, muito abaixo da maioria dos países centrais, somente comparável à França. Sob o esforço de guerra, mesmo com grandes ganhos de produtividade, a jornada de trabalho subiu acentuadamente nos Estados Unidos, França e Alemanha para mais de 2 mil horas anuais, caindo na maioria dos países envolvidos no conflito, inclusive no Reino Unido e na Itália.

Durante o pós guerra, o crescimento econômico, os enormes ganhos de produtividade e a regulação pública das relações de trabalho fizeram as jornadas anuais caírem vertiginosamente em todos os países relacionados, exceto na Espanha de Francisco Franco. Entre os países selecionados, partiu-se de um patamar médio próximo de 2.100 horas anuais em 1950 para 1.759 em 1980. Mesmo com uma regulação do trabalho mais frágil em termos da contratação, uso e remuneração da força de trabalho, a jornada anual nos Estados Unidos caiu de mais de 2.000 horas em 1950 para 1.853 em 1980. A economia americana que cresceu menos do que as economias europeias no pós guerra, mesmo com essa queda das horas trabalhadas, no ocaso dos anos de ouro, tinha a maior jornada de trabalho anual entre os países centrais (Figura 1).

Figura 1
Horas anuais de trabalho no Velho e no Novo Mundo, 1870-2000



Fonte: Huberman e Minns (2007).

O caso norte americano merece destaque também na chamada “era da globalização” entre as décadas de 1980 e 2000. Enquanto a jornada de trabalho caiu nos países selecionados de forma generalizada, ela aumentou nos Estados Unidos. Acompanhado apenas da Suécia, que tinha uma das menores jornadas de trabalho do mundo ao final da década de 1970, a jornada de trabalho anual nos Estados Unidos caiu de 1.853 horas em 1980 para 1.840 horas em 1990, e subiu para 1.878 horas em 2000, consolidando-se como a maior jornada de trabalho entre os países selecionados, que em 2000 tinham uma jornada média inferior a 1630 horas anuais.

Essas tendências gerais são visíveis na evolução dos dias de férias e feriados entre os países selecionados. No que se refere aos dias de férias e feriados, o padrão europeu do final do século XIX era muito superior aos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Junto com a Holanda, em 1870, os Estados Unidos tinham apenas 4 dias de férias ou feriados. Observa-se pelos dados da Tabela 4 que, entre 1900 e 1938, o número de dias de feriados ou férias saltou de 5 para 17 nos Estados Unidos, ainda assim muito inferior ao padrão de 32 dias do velho mundo.

De toda forma, um salto relacionado à gênese da moderna sociedade industrial nos Estados Unidos, tanto em termos do desenvolvimento de infraestrutura e logística, como das mudanças da estrutura social, dos hábitos e costumes de operários e da emergente classe média em suas relações com o Estado e com a regulação do mercado (Mills, 1965)⁴. Se em 1950 os Estados Unidos tinham 18 dias de férias ou feriados em média, o número saltou para 22 em 1980. Já na “era da globalização”, observa-se o pico histórico com 23 dias em 1990, caindo novamente para 20 dias em 2000, o que

(4) Para maiores detalhes sobre as férias nos Estados Unidos ver Aron, C.S. Working at play: a history of vacations in the United States. Oxford Univ. Press, Oxford, 2001.

representa um pouco mais da metade da média de 36 dias na Europa e menos da metade dos mais de 42 dias na Alemanha.

Tabela 4
Férias e feriados em países selecionados, 1870-2000 (em dias)

	1870	1900	1938	1950	1980	1990	2000
Bélgica	18	21	30	28	34	34	33
Dinamarca	13	14	27	27	30	35	37
França	19	23	33	28	30	36	36
Alemanha	13	18	31	29	29	35	43
Irlanda	14	20	33	20	28	28	30
Itália	23	24	37	24	35	40	42
Holanda	4	5	21	24	33	35	38
Espanha	31	31	44	ND	30	35	36
Suécia	11	13	28	29	30	37	38
Suíça	13	18	33	25	28	28	33
Reino Unido	14	20	30	24	28	30	33
Austrália	8	9	22	22	32	32	32
Canadá	8	9	22	22	25	25	24
Estados Unidos	4	5	17	18	22	23	20
Velho Mundo	16	19	32	26	30	34	36
Novo Mundo	7	8	20	21	26	27	25
Mundo	13,8	16,4	29,1	24,6	29,6	32,4	33,4

Fonte: Huberman e Minns (2007).

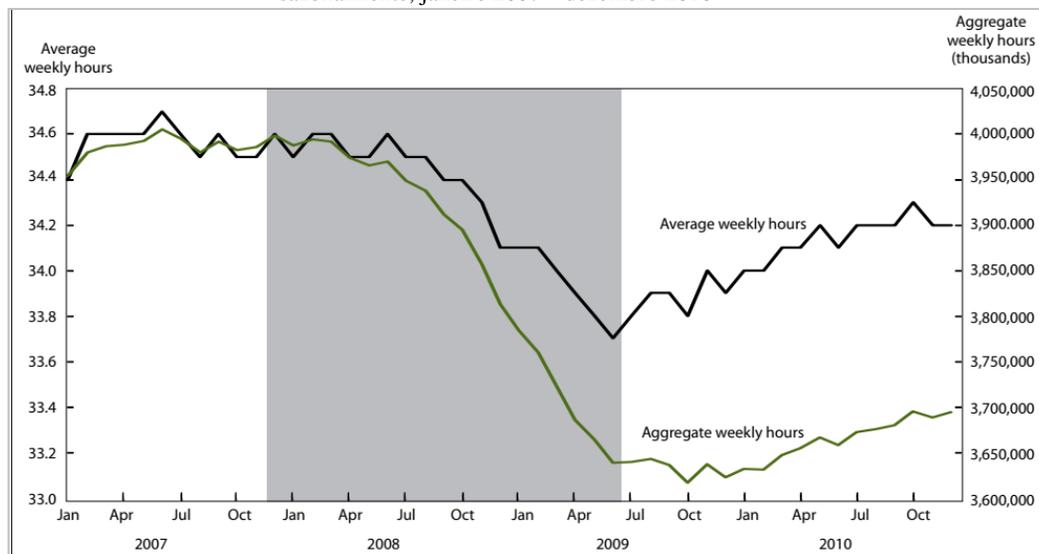
Notas: 1870 e 1900, Huberman (2004); 1938, ILO (1939); 1950 e 1980, European Industrial Relations Review (1982), Green e Potepan (1988), Monthly Labour Review (1955); 1990, OIT (1995); 2000 EIRO (2003) e OECD (2004).

Em síntese, devemos interpretar as tendências históricas sobre o tempo de trabalho nos Estados Unidos tomando em conta três movimentos. Em primeiro lugar, a dinâmica do desenvolvimento capitalista, que torna o trabalho redundante e parte significativa da força de trabalho dispensável em relação ao processo de acumulação de capital. Em segundo lugar, no plano do desenvolvimento das forças produtivas, o crescimento de forma intensiva que amplia a potência de produzir “mais com menos”, abre um leque de possibilidades históricas relativas ao destino daqueles que só tem a força de trabalho para dispor no mercado. Estes, que podem aparecer como superpopulação relativa, desempregados e excluídos, podem também se manifestar em posições sociais associadas ao tempo livre e a uma enriquecida humanidade: professores, médicos, jovens estudantes ou idosos protegidos, em um mercado de trabalho com vida ativa encurtada, com redução da jornada de trabalho. Em terceiro lugar, tais possibilidades estão condicionadas a certa configuração do padrão de desenvolvimento e das relações entre Estado e mercado, economia e sociedade.

2 A diminuição de horas trabalhadas nos Estados Unidos na crise entre 2007 e 2009

Sob os efeitos da maior crise econômica desde a década de 1930, as horas de trabalho nos Estados Unidos caíram entre 2007 e 2009. Trata-se de um hiato relativo às tendências do tempo de trabalho nos Estados Unidos na “era da globalização”.

Figura 2
 Horas semanais médias e horas semanais agregadas, todos os trabalhadores privados, ajustadas sazonalmente, janeiro 2007 – dezembro 2010



Fonte: US. Bureau of Labor Statistics.

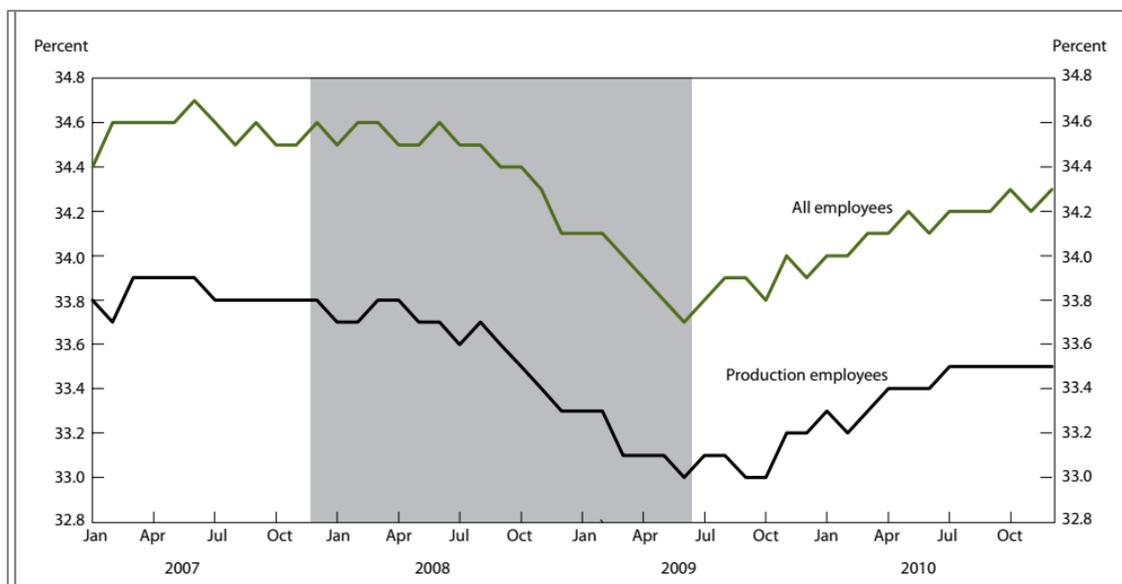
Durante o período mais profundo da crise, entre 2007 e 2009, as horas semanais médias para todos os funcionários em folhas de pagamento não agrícolas privadas diminuíram 0,9 hora, ou 2,6%.

As horas semanais agregadas, todavia, caíram mais acentuadamente, 9,1%, conforme a Figura 2. Explica-se essa significativa diferença considerando vários movimentos. Por um lado, as horas semanais agregadas de todos os funcionários, que são definidas como o produto da média de horas semanais de todos os funcionários e o número total de funcionários. Como as horas semanais agregadas são ponderadas pelo nível de emprego, em forte queda no período, tem-se uma tendência de refletir com mais intensidade os efeitos da redução do nível de atividade. As horas semanais médias dos trabalhadores da produção na manufatura, por outro lado, são vistas como um indicador importante no ciclo econômico, considerando que, frente às mudanças na demanda por bens ou serviços, as empresas ajustem as horas de trabalho antes de contratar ou demitir trabalhadores.

Portanto, mudanças nas horas médias semanais podem sinalizar variações na atividade econômica geral, sem necessariamente refletir mudanças no nível de emprego. Ademais, neste caso, pode-se ter no fluxo de demissões, por força da crise, trabalhadores com maior jornada de trabalho sendo demitidos proporcionalmente mais, o que amplia a participação daqueles com menor jornada, reduzindo o número médio de horas semanais trabalhadas (Kroll, 2011).

Considerando esses movimentos em conjunto, o setor de produção de bens apresentou o declínio mais significativo tanto nas horas médias semanais quanto nas horas semanais agregadas (Figura 3). Neste setor, fica clara a sobreposição dos movimentos destacados anteriormente: todas as indústrias produtoras reduziram as horas trabalhadas e o agregado de horas trabalhadas.

Figura 3
Média de horas semanais, todos os funcionários e funcionários da produção, com ajuste sazonal, janeiro de 2007 – dezembro de 2010



Fonte: US. Bureau of Labor Statistics.

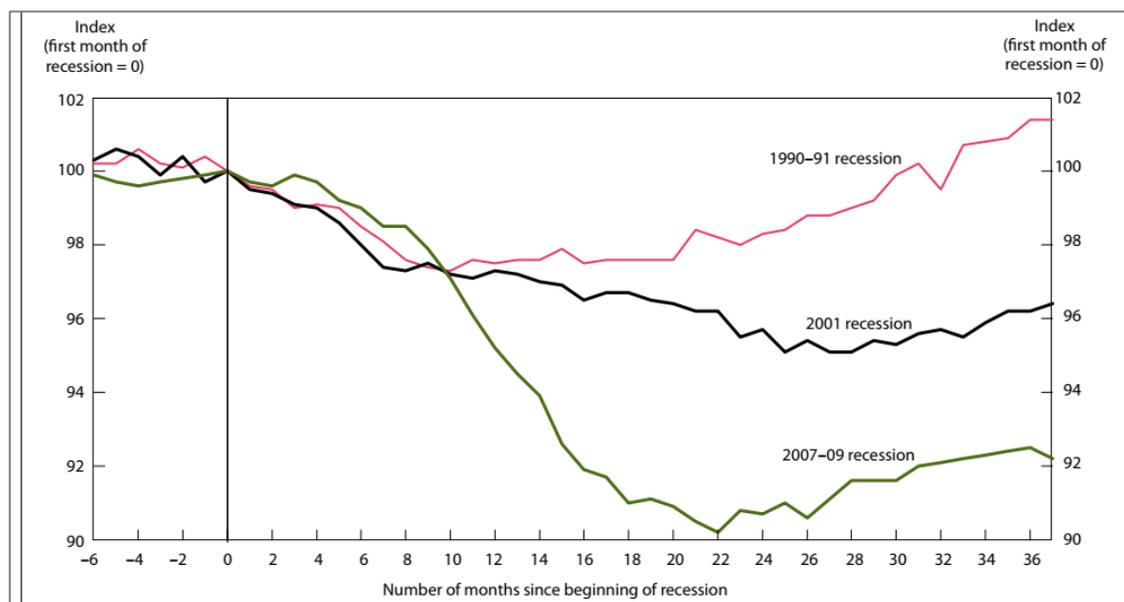
Na construção, por exemplo, o total de horas semanais trabalhadas caiu 22,1% e as horas semanais agregadas 31,1% entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2010, refletindo a forte crise do setor com a robusta queda do volume de emprego. Na manufatura, essa queda foi de 3,7% e 17,8% respectivamente, sendo que 3/4 da redução das horas semanais agregadas foi determinada nas indústrias de bens duráveis. No setor de serviços, houve grande heterogeneidade na gestão da força de trabalho durante a recessão: enquanto nos serviços empresariais a queda nas horas semanais médias foi de 0,8% e nas horas semanais agregadas de 9,7%, refletindo a tendência de corte de empregos; também no comércio e transporte, outros setores contaram com maior redução de horas do que com demissão de pessoal, como foi o caso do serviço público. Os dados indicam ainda que nos serviços de educação e saúde, houve aumento das horas semanais agregadas, com queda de nas horas semanais médias, refletindo a manutenção e ampliação de empregos nessas áreas (Kroll, 2011).

Steven Kroll, do escritório de Estatísticas de Emprego e Desemprego do BLS, compara o comportamento das horas de trabalho em três diferentes momentos de crise econômica: a recessão de 1990-91, a recessão de 2001 e a crise de 2007-2009.

Mesmo com limitações das bases de dados para a comparação das horas de trabalho de todos os trabalhadores antes de 2006, tomando o conjunto de funcionários privados na produção de bens e serviços, que totalizam cerca de 80% dos trabalhadores empregados ao final dos anos 2000 nos Estados Unidos, Kroll demonstra a diminuição na média de horas semanais mais intensa no período 2007-2009 em comparação à recessão de 1990-91 e a recessão de 2001. A semana média para esses trabalhadores do setor privado caiu 2,1% entre 2007 e 2009 contra 0,9% nas recessões anteriores. Este movimento é mais acentuado na produção de bens, principalmente quando considerado o efeito da queda do emprego no agregado de horas trabalhadas. Mesmo em serviços profissionais e

empresariais que apresentaram menor queda na média de horas semanais trabalhadas em comparação a recessão de 2001, a forte perda de emprego no setor levou a uma queda de 9,7% nas horas semanais agregadas, muito superior aos dois períodos recessivos anteriores. Na verdade, em conjunto, os mesmos setores que diminuíram as horas médias trabalhadas e o agregado das horas trabalhadas em recessões anteriores, responderam por isso na crise de 2007-2009 (Kroll, 2011). Todavia, de forma mais intensa e prolongada, conforme demonstra a Figura 4.

Figura 4
Índice de horas semanais agregadas, todos os funcionários privados não supervisores e de produção ajustados sazonalmente



Fonte: US. Bureau of Labor Statistics

3 Tendências recentes do uso do tempo nos Estados Unidos

Entre as grandes pesquisas sobre o tempo de trabalho no mundo, seguramente, está a *American Time Use Survey* (ATUS). É a primeira pesquisa contínua administrada pelo governo federal sobre o uso do tempo nos Estados Unidos. Patrocinada pelo *Bureau of Labor Statistics* e conduzida pelo *U.S. Census Bureau*, a pesquisa tem por objetivo estimar nacionalmente como as pessoas usam seu tempo. Um importante avanço no diagnóstico sobre como as pessoas dividem seu tempo entre as atividades da vida, selecionando indivíduos aleatoriamente de um subconjunto de domicílios que completaram o oitavo mês de entrevistas para a *Current Population Survey* (CPS).

Os indivíduos são entrevistados apenas uma vez sobre como passaram seu tempo no dia anterior, onde estavam e com quem estavam. Os dados produzidos estimam a quantidade de tempo que os americanos gastam fazendo trabalho não remunerado e não relacionado ao mercado, o que pode incluir creche não remunerada, cuidado de idosos, trabalho doméstico e voluntariado. A pesquisa também fornece informações sobre a quantidade de tempo que as pessoas passam em muitas outras atividades, como atividades religiosas, socialização, exercícios e relaxamento. Além de coletar dados sobre o que as pessoas fizeram no dia anterior à entrevista, também coleta informações sobre

onde e com quem cada atividade ocorreu, e se as atividades foram realizadas para o trabalho ou negócio de alguém. Informações demográficas – incluindo sexo, raça, idade, nível de escolaridade, ocupação, renda, estado civil e presença de filhos na casa – também estão disponíveis para cada entrevistado.

O desenvolvimento do ATUS começou em 1991, quando foi discutido pela primeira vez no BLS como uma questão de política estatística, e continuou até janeiro de 2003, quando a coleta de dados do ATUS começou oficialmente. Desde então, a pesquisa vem sendo aprimorada continuamente⁵.

Apesar dos primeiros dados serem coletados em 2003, seu aperfeiçoamento metodológico oferece melhor compatibilidade para comparação a partir do final da primeira década do século XX. Assim, optamos pela comparação dos dados de 2009 e 2019. Conforme os resultados da ATUS, abordaremos as características da quantidade média de tempo por dia em que os indivíduos trabalharam, fizeram atividades domésticas ou estiveram engajados em atividades de lazer e esportes. Além disso, também analisaremos as medidas do tempo médio por dia gasto em fornecer cuidados infantis – tanto como uma atividade primária (ou principal) como em concomitância com outras atividades – para os anos combinados 2005-2009 e 2015-19, conforme a disponibilidade das informações.

3.1 Tempo de trabalho ocupacional das pessoas empregadas

Observamos anteriormente o crescimento econômico, os enormes ganhos de produtividade e a regulação pública das relações de trabalho, que no pós-guerra fizeram as jornadas de trabalho anuais caírem vertiginosamente em quase todos os países selecionados. Mesmo com uma regulação do trabalho mais frágil em termos da contratação, uso e remuneração da força de trabalho, a jornada anual de trabalho nos Estados Unidos caiu quase 10% entre 1950 e 1980. Mesmo assim, no ocaso dos anos de ouro, tinha a maior jornada de trabalho anual entre os países centrais, conforme demonstrado na figura 1.

Na chamada “era da globalização”, entre as décadas de 1980 e 2000, destacamos a reversão desta tendência nos Estados Unidos. Enquanto a jornada de trabalho anual caiu nos países selecionados de forma generalizada, ela aumentou nos Estados Unidos para quase 1900 horas, consolidando-se como a maior jornada de trabalho entre os países selecionados. Em 2000 tinham uma jornada média pouco superior a 1600 horas anuais. Sob os efeitos da crise de 2007-2009, apontamos a queda acentuada das horas de trabalho impulsionada, sobremaneira, pelo fechamento de milhões de postos de trabalho em praticamente todos os setores da economia norte americana. De toda forma, os movimentos do tempo de trabalho na “era da globalização” devem ser compreendidos em meio às tendências estruturais de progressiva redundância do trabalho ocupacional.

Com efeito, tomando a experiência recente, o tempo de trabalho diário das pessoas empregadas nos EUA aumentou 10% entre 2009 e 2019, segundo dados da ATUS. Em média, aqueles empregados que trabalhavam em seu local de trabalho tinham uma jornada diária média de 7,5 horas em 2009

(5) Para uma descrição detalhada dos dados e metodologia ATUS, consulte a Nota Técnica: BLS – Bureau of Labor Statistics. American Time Use Survey User’s Guide Understanding ATUS 2003 to 2019. U.S. Census Bureau & BLS. Jun. 2020.

contra 7,9 horas em 2019. Isso ocorreu ainda sob os efeitos defasados da grande crise de 2007-2009 e de um crescimento econômico relativamente baixo, em um período de elevado desemprego, precarização dos empregos, expansão da inatividade e da subutilização da força de trabalho (BLS, 2010; BLS, 2019).

Ao final do período, a ampliação do tempo de trabalho das pessoas empregadas nos Estados Unidos seguiu algumas tendências. Igualmente a 2009, em 2019, nos dias em que trabalharam, 24% das pessoas empregadas faziam parte ou todo o trabalho em casa. Todavia, esse número era significativamente superior para algumas ocupações em 2019: 37% dos empregados em ocupações de gestão, negócios e operações financeiras e 33% dos trabalhadores empregados em ocupações profissionais e afins faziam parte ou todo o trabalho em casa. De forma mais acentuada, trabalhadores autônomos tinham três vezes maior chance de ter feito algum trabalho em casa do que trabalhadores assalariados (60% contra 20%).

Empregados com 25 anos ou mais e formação superior eram mais propensos a trabalhar em casa do que pessoas com nível educacional menor: 42% daqueles com formação superior realizavam algum trabalho em casa, contra apenas 16% daqueles com até o ensino médio. Neste caso, nota-se que em 2009 esses percentuais eram de 40% e 10% respectivamente.

Os dados indicam uma tendência a trabalhar mais em dias de semana do que nos finais de semana, entre aqueles mais escolarizados. Em 2019, quase 3/4 dos trabalhadores com nível superior trabalhavam em “dias normais”, contra 2/3 entre aqueles com formação até o ensino médio. Essa tendência pode ser observada nos dados de pessoas empregadas em tempo integral, que trabalhavam menos em finais de semana e feriados. Aqueles com múltiplos empregos trabalhavam quase duas vezes mais nos finais de semana do que aqueles assalariados com apenas um emprego (58% e 31% respectivamente).

Nos dias em que trabalharam, os homens empregados trabalharam 48 minutos a mais do que as mulheres empregadas. Esta diferença reflete, em parte, a maior participação das mulheres nos empregos *part-time* em 2019. No entanto, mesmo entre trabalhadores em tempo integral (aqueles que geralmente trabalham 35 horas ou mais por semana), os homens trabalhavam mais por dia do que as mulheres – 8,3 horas, em comparação com 7,7 horas. Nos dias em que trabalharam, as mulheres eram ligeiramente mais propensas do que os homens a fazer parte ou todo o seu trabalho na casa – 26% das mulheres, em comparação a 22% dos homens.

3.2 “Tempo livre” dedicado para atividades domésticas e cuidados com as crianças

Norbert Elias e Eric Dunning, de forma percuciente, mostram a polarização tradicional entre trabalho e ócio referida a uma classe específica de trabalho – aquele realizado para “ganhar a vida”. Todavia, apontam que em sociedades diferenciadas e urbanizadas, esse é um tipo de trabalho estritamente regulado em sua duração e especializado na maioria das vezes. Nestas sociedades, seus membros também realizam habitualmente uma boa quantidade de trabalho não assalariado e fora da esfera ocupacional, em torno de atividades rotineiras. Fora do tempo de trabalho ocupacional, o chamado “tempo livre” é preenchido por inúmeras atividades domésticas, incluindo provisões para o lar, compras grandes e pequenas, transações financeiras pessoais, cuidados com os filhos, discussões familiares, cuidar dos animais domésticos, entre outros, implicando trabalho duro e complexo, que

tende a absorver mais tempo na medida em que se observa ascensão do nível de vida (Elias; Dunning, 2014, p. 117).

A rigor, tais atividades rotineiras demandam elevado autocontrole e apenas de maneira formal podem ser compreendidas como tarefas executadas no tempo livre. Na verdade, ficar em casa não define o tempo livre em sociedades complexas e podemos dizer que ao tempo de trabalho ocupacional, soma-se o tempo dedicado para atividades privadas rotineiras e de administração familiar, com grande peso sobre as mulheres, muito diferente do tempo livre dedicado ao lazer e ao ócio, numa esfera onde o autocontrole é relaxado em prol da recomposição das condições de reativação emocional, propriamente voltada para o prazer. Em síntese, nos dizem que “tempo livre” em oposição ao tempo de trabalho ocupacional é cada vez mais distante do ócio e do tempo para o lazer (Idem).

Podemos observar pelos dados da *American Time Use Survey* (ATUS) o intenso uso do tempo em atividades rotineiras não ocupacionais nos Estados Unidos. Em um dia normal de 2019, 85% das mulheres e 71% dos homens passaram algum tempo cuidando da casa, em atividades como cozinhar, cuidar do gramado ou gerenciamento doméstico. Percentual idêntico para as mulheres em 2009 e ligeiramente superior aos 67% para os homens naquele ano. Em 2019, assim como em 2009, nos dias em que realizavam atividades domésticas, as mulheres gastavam em média 2,5 horas, enquanto os homens gastaram 1,9 horas nessas atividades.

Observando a realização de tarefas rotineiras em 2019, em um dia normal, 22 % dos homens e 46 % das mulheres faziam tarefas domésticas – como limpeza ou lavanderia. Praticamente os mesmos percentuais de 2009. Outrossim, de 2003 a 2019, a proporção de homens fazendo preparação e limpeza de alimentos em um dia normal aumentou de 35% para 48% e a proporção de mulheres cresceu de 66% para 70%. Nota-se, ainda, que em 2019, em média, mais pessoas se dedicaram ao trabalho doméstico nos finais de semana do que nos dias de semana: 41% em comparação com 32%. No entanto, a porcentagem de pessoas que prepararam e limparam os alimentos era quase a mesma nos dias de fim de semana e nos dias de semana: 59% e 60%.

Ao falarmos do tempo de trabalho não ocupacional dedicado para tarefas rotineiras, é central nos referirmos especificamente aos cuidados com as crianças. Os dados da ATU indicam isso e, neste caso, são consolidados em dois períodos: 2005-2009 e 2015-2019, com limitações para compará-los.

Entre 2005 e 2009, adultos que viviam em famílias com crianças menores de 6 anos, dedicavam em média 2 horas por dia prestando cuidados infantis primários às crianças da família. Os adultos em famílias onde o filho mais novo tinha entre 6 e 17 anos de idade, em idade escolar, passavam menos da metade deste tempo (47 minutos por dia) contando com a integração das crianças às estruturas do ensino formal. O cuidado infantil primário é peculiar, demandando não somente os cuidados básicos. Parte importante do tempo é dedicado à socialização das crianças, ler e conversar com elas.

Neste caso, o tempo dedicado pelas mulheres era mais do que o dobro daquele dedicado pelos homens. Em um dia comum, entre os adultos que vivem em famílias com crianças menores de 6 anos, as mulheres dedicavam 1 hora e 10 minutos, em média, prestando cuidados físicos (como banho ou alimentação) para crianças da casa. Em contraste, os homens dedicavam 30 minutos prestando tais cuidados físicos.

Adultos em famílias com pelo menos uma criança menor de 6 anos, dedicavam, em média, de 5,6 horas por dia fornecendo cuidado secundário, ou seja, tinham pelo menos uma criança sob seus cuidados enquanto faziam outras atividades além da assistência primária à criança. O cuidado secundário fornecido por adultos que vivem em domicílios com crianças menores de 6 anos era mais comumente fornecido durante as atividades de lazer (2,2 horas) ou atividades domésticas (1,3 horas). Adultos em famílias com crianças menores de 6 anos passam mais tempo prestando cuidados infantis primários em um dia de semana médio (2,1 horas) do que em um dia de fim de semana médio (1,8 horas). Os dados indicam também que passaram menos tempo fornecendo cuidado secundário durante a semana do que nos dias de fim de semana – 4,7 horas em comparação com 7,7 horas.

No segundo período, 2015-2019, o tempo dedicado aos cuidados com as crianças em casa foi ampliado. Adultos em famílias com crianças menores de 6 anos dedicaram, em média, 2,2 horas por dia prestação de cuidados infantis primários para crianças no agregado familiar. Adultos em famílias onde os mais jovens tinham entre 6 e 17 anos de idade dedicavam menos da metade deste tempo (48 minutos), contando com a integração das crianças em creches e na educação formal. O tempo dedicado pelas mulheres aos cuidados físicos (como dar banho ou alimentar uma criança), manteve-se no mesmo patamar de mais de 1 hora por dia, em média, em famílias com crianças menores de 6 anos, enquanto o tempo dedicado pelos homens diminuiu para 27 minutos em média.

Adultos que vivem em famílias com pelo menos uma criança menor de 6 anos, dedicavam em média diária 5,4 horas, tempo inferior às 5,6 horas do período 2005-2009 para fornecer cuidado secundário, enquanto realizavam outras atividades. Adultos em famílias com crianças menores de 6 anos passam mais tempo prestando cuidados infantis primários em um dia de semana médio (2,2 horas) do que em um dia de fim de semana médio (2 horas). Os dados indicam também que passaram menos tempo fornecendo cuidado secundário durante a semana do que nos dias de fim de semana — 4,4 horas em comparação com 7,6 horas.

Por fim, em um dia médio de 2019, entre os adultos que viviam com crianças menores de 6 anos, aqueles não empregados passaram cerca de uma hora a mais cuidando e ajudando as crianças da casa do que os empregados adultos — 2,8 horas versus 1,7 horas.

3.3 “Tempo livre” dedicado para atividades de lazer

Como sugerimos anteriormente, a partir das formulações de Elias e Durnning, ao tempo de trabalho ocupacional soma-se o trabalho em atividades rotineiras, que invadem a esfera do chamado “tempo livre”. De fato, o que podemos tratar como tempo livre para o lazer e o ócio é aquele fora do tempo dedicado ao trabalho ocupacional e para atividades rotineiras. Esse tempo para o lazer e o ócio, como uma esfera onde o autocontrole é relaxado, voltado para a reativação emocional e ao prazer, constituiu-se nos quadros do desenvolvimento do capitalismo moderno, a partir da segunda revolução industrial, com o advento da grande empresa monopolista, dos grandes sindicatos e dos partidos políticos de massa (Elias; Dunning, 2014).

Podemos dizer que sua gênese deita raízes no processo de constituição da sociedade de massas e sua difusão ocorreu particularmente no pós-guerra, com expansão das bases materiais, desde a mecanização da casa com os eletrodomésticos, passando pela difusão da educação formal, chegando aos ganhos de produtividade e regulação das relações de trabalho, decisivos para a robusta diminuição da jornada de trabalho, das férias pagas, dos finais de semana remunerados.

Sob o desenvolvimento do regime do capital, o antigo lazer aristocrático foi sendo substituído pelo lazer burguês e novas formas de lazer foram sendo produzidas e apropriadas pelo mercado como negócio.

Atividades e tipos sociais são criados e destruídos. A “viagem”, uma atividade central no lazer burguês, tem certos pressupostos materiais, como o desenvolvimento do sistema de transporte, dos bancos, do crédito. Sem isso, não há a praia ou a montanha como espaço de lazer. Tomando como exemplo, com esses pressupostos, o viajante tradicional é substituído progressivamente pelo turista, direcionado inicialmente para o “lazer curativo”, na montanha, na estação de águas, no mar, no balneário. Mas a viagem em busca do “centro de cura” foi sendo substituída pela busca de “centros do prazer”. A praia, antes vista como um centro de cura pelas chamadas propriedades curativas do ar marinho, torna-se um centro do prazer e da exposição do corpo. Nesse movimento, o advento da agência de viagem é uma inovação no processo de apropriação do tempo livre pelos negócios.

No mesmo processo de desenvolvimento, o lazer cidadão passa a ocupar grande espaço, partir do final do século XIX e ao longo do século XX (Simmel, 1967). Passeios de *boulevard*, a vida noturna; cafés onde se bebe, aprecia-se o tabaco e se conversa durante o dia; casas de espetáculos com dançarinas e coristas durante a noite; o parque de diversão com mágicos e roda gigante; vitrines nas calçadas, para mais tarde, nos Estados Unidos, aparecer a loja de departamentos e o *shopping center*, refletindo a ampliação dos espaços para o lazer cidadão mercantilizado.

Paris é o centro do nascimento desse tipo de lazer burguês que tem nos Estados Unidos uma fronteira de expansão integrada ao seu estilo de vida. No esporte, outra frente que absorve o tempo livre, a Inglaterra é pioneira, difundindo para os outros países uma nova expressão de sua prática. O futebol, o atletismo, o ciclismo, as lutas, entre outros, caminham da prática amadora da atividade esportiva para a profissionalização que consagra a regra e o cronômetro. Nos Estados Unidos, integrado aos meios de comunicação de massa, o esporte torna-se espetáculo, operando no espaço da extrema sensibilidade da sociedade à violência e à competição contidas pelas regras. A popularização do Boxe e de outras atividades esportivas pelos meios de comunicação de massa reflete este movimento. Relativamente pratica-se menos esporte em comparação a participação do público como espectadores de um espetáculo.

Nessas várias frentes do lazer e do ócio mercantilizado nas sociedades urbanas e industriais, tipos sociais são característicos do avanço do hedonismo. O turista, o consumidor, os torcedores, entre outros, são integrados pelos meios de comunicação de massa, com centralidade na televisão, e intensa atividade dos mecanismos de publicidade e propaganda na promoção de um mercado de bens simbólicos (Baudrillard, 2009).

Compreendido o tempo livre ocupado pelo lazer e o ócio mercantilizados, podemos melhor compreender as informações que descrevem, em período recente, o uso do tempo para atividades de lazer e esportes pelos estadunidenses, sistematizadas na *American Time Use Survey* (ATUS).

Em um dia normal do ano de 2019, 95% das pessoas com 15 anos ou mais se envolveram em algum tipo de atividades de lazer, como assistir TV, socializar ou praticar exercícios. Esse percentual é praticamente o mesmo em comparação à 2009. Todavia, os dados indicam uma diminuição do tempo total dedicado a essas atividades, de 5,5 horas para 5,2 horas por dia em média entre 2009 e 2019, fortemente concentradas nos finais de semana.

A diminuição do tempo dedicado ao lazer e esporte ocorreu em grande medida entre aqueles na faixa etária entre 35 e 44 anos. Esse grupo dedicava, em 2009, 4,3 horas por dia para o lazer e esporte e foi reduzido para 4 horas em 2019, o menor tempo entre todas as faixas etárias. Para se ter ideia das diferenças, em média, adultos com 75 anos ou mais gastaram, em 2019, em torno de 7,7 horas em atividades de lazer por dia – mais do que qualquer outra faixa etária – praticamente o mesmo tempo dedicado em 2009.

Os homens passam mais tempo nessas atividades de lazer do que as mulheres nos Estados Unidos. Em 2009, foram 5,8 horas de lazer para os homens e 5,1 horas para as mulheres. A redução do tempo total de lazer atingiu homens e mulheres, mantendo em 2019 a diferença em 5,5 horas de lazer para eles e 4,9 horas para elas.

Tabela 5

EUA – Tempo gasto em atividades de lazer e esportes para a população civil, homens e mulheres com 15 anos ou mais, por características selecionadas, médias por dia, consolidadas e médias anuais de 2009 e 2019 (em horas)

Atividades	2009				2019			
	Homens (horas)	%	Mulheres (horas)	%	Homens (horas)	%	Mulheres (horas)	%
Esportes, exercícios e recreação	0,42	7,2	0,21	4,1	0,39	7,1	0,23	4,7
Socialização e comunicação	0,61	10,5	0,90	17,5	0,62	11,3	0,66	13,8
Televisão	3,31	57,0	2,65	51,5	3,00	54,0	2,64	53,9
Leitura	0,22	3,8	0,40	7,8	0,23	4,2	0,31	6,3
Relaxamento	0,24	4,1	0,24	4,5	0,32	5,8	0,31	6,6
Jogos no computador	0,50	8,5	0,33	6,0	0,55	10,0	0,31	6,3
Outras atividades de lazer e esportes, incluindo viagens	0,51	8,8	0,47	8,5	0,42	7,6	0,41	8,4
Total	5,8	100	5,1	100	5,5	100	4,9	100
Total para homens e mulheres com 15 anos ou mais	5,5				5,2			

Fonte: BLS, *American Time Use Survey* (ATUS).

Importante observar o que a população norte americana faz no seu tempo dedicado ao lazer. **Assistir televisão foi a atividade de lazer que mais ocupou o tempo (2,8 horas por dia), contabilizando mais da metade de todo o tempo de lazer diário, em média, no ano de 2019 (54,2%)**, ligeiramente abaixo do tempo dedicado em 2009. Nota-se que os homens passaram a assistir menos televisão no período, enquanto as mulheres passaram a dedicar mais tempo a essa atividade.

Outras atividades no tempo livre tiveram um tempo muito inferior no dia da população norte americana. Socializar e comunicar-se – como visitar amigos ou participar e hospedar eventos sociais – foi responsável por uma média de 1h04 por dia em 2019, menos do que o tempo de 1h15 dedicado em 2009, ocupando o segundo lugar no tempo para o lazer após o tempo dedicado a TV. Neste caso, os indivíduos dedicaram duas vezes mais tempo socializando nos dias de fim de semana do que em dias de semana.

Nota-se também que, enquanto dedicaram mais tempo para assistir televisão, entre 2009 e 2019, houve significativa redução do tempo dedicado para a socialização e comunicação entre as mulheres. No caso da prática de esporte, exercício e recreação, 21% dos homens dedicavam algum tempo para essas atividades contra 18% das mulheres em 2019. Entretanto, neste universo, o tempo diário médio dedicado pelos homens em 2009 era o dobro daquele dedicado pelas mulheres (42

minutos e 21 minutos respectivamente). Essa diferença em 2019 permaneceu grande, porém menor: 39 minutos para os homens e 23 minutos para as mulheres.

Chama a atenção o pouco tempo livre dedicado a leitura nos Estados Unidos, em torno de 5% do tempo total em 2019, inferior a baixa participação de 6% em 2009. Mesmo em queda, as mulheres dedicam mais tempo para leitura, mas as diferenças são mais significativas por faixa etária. Em 2019, o tempo gasto na leitura por interesse pessoal de 27 minutos por dia, em média, variava muito com a idade. Indivíduos com 75 anos ou mais dedicavam mais de 1 hora para leitura por dia, enquanto indivíduos de 15 a 44 anos apenas 13 minutos ou menos, em média por dia.

Por fim, os dados mostram que adultos empregados que vivem em domicílios sem filhos menores de 18 anos, dedicaram em 2019 ao lazer e esportes atividades, em média, 4,5 horas por dia, quase uma hora a mais do que adultos empregados que vivem com uma criança menor 6 anos de idade. Neste caso, em residências com crianças menores de 6 anos, as mulheres tinham em 2019 um tempo de lazer 20% inferior aos homens. Essa menor disponibilidade das mulheres para o lazer em residências com crianças menores de 6 anos de idade atinge todas as áreas de lazer, sendo particularmente determinada pela disponibilidade de tempo 57% inferior aos homens para esportes, exercícios e recreação, 30% para atividades de socialização e comunicação social e 10% para assistir televisão.

Considerações finais

Do tratamento da jornada de trabalho anual ao longo do século XX, caminhamos para uma análise de horas semanais de trabalho, chegando no período recente ao tratamento dos dados diários de tempo de trabalho nos Estados Unidos. Esse caminho, em princípio pouco rigoroso no oferecimento das informações sobre o tempo de trabalho, nos parece procurar dar conta das transformações do mundo do trabalho na maior economia do mundo.

Enquanto os dados anuais da jornada podem expressar a realidade de um mercado de trabalho estruturado com o predomínio de ocupações e relações de trabalho padronizadas, organizadas em torno de uma certa estrutura familiar tradicional, os dados diários da jornada de trabalho e pesquisas recentes, como a *American Time Use Survey* (ATU), refletem de forma mais profunda a realidade de um mercado de trabalho em transformação, com a redução da participação de empregos típicos, mudanças na estrutura das famílias, da inserção das mulheres e das práticas domésticas, assim como da prática do lazer integrada ao desenvolvimento da sociedade urbana industrial e de novos campos do entretenimento e comunicação.

Após um século de queda da jornada de trabalho nos Estados Unidos, impulsionada sobremaneira pela “era Roosevelt”, assistiu-se o crescimento da jornada de trabalho dos ocupados na “era da globalização”. Nos impulsos da ordem liberal, foram produzidos, ao mesmo tempo, ampliação da jornada, mais desemprego, empregos precários, subempregos e queda das remunerações para grande parte dos trabalhadores.

Com efeito, nos parece percuciente a crítica de Norbert Elias e Eric Dunning sobre a polarização tradicional entre trabalho e ócio, tendo por referência uma classe específica de trabalho – aquele realizado para “ganhar a vida”. Os dados mostram que a vida comum dos estadunidenses está crescentemente repleta de atividades rotineiras e de uma boa quantidade de trabalho não

assalariado fora da esfera ocupacional. O chamado “tempo livre”, fora do tempo de trabalho ocupacional, é preenchido por inúmeras atividades domésticas e cuidados com as crianças, que tendem a absorver mais tempo, particularmente das mulheres, na medida em que se observa ascensão do nível de vida.

Pelo observado, podemos tratar como tempo livre para o lazer e o ócio, aquele fora do tempo dedicado ao trabalho ocupacional e para atividades rotineiras. Aqui não falamos de tempo livre de forma genérica. Procuramos apresentá-lo em condições históricas particulares, como tempo livre ocupado pelo lazer e o ócio mercantilizados.

A partir desta perspectiva, as informações recentes sobre o uso do tempo para atividades de lazer e esportes pelos estadunidenses, sistematizadas na *American Time Use Survey* (ATUS), são melhor compreendidas. Em um dia normal do ano de 2019, 95% das pessoas com 15 anos ou mais se envolveram em algum tipo de atividades de lazer, como assistir TV, socializar ou praticar exercícios.

Podemos dizer, em conclusão, que na “era da globalização” ampliou-se o tempo de trabalho ocupacional nos Estados Unidos em piores condições laborais. O tempo de trabalho não ocupacional também, dadas as condições regressivas da estrutura social e do mercado de trabalho. Jovens e mulheres são mais penalizados. Não somente isso: mais da metade do tempo para o lazer e para o ócio, mercantilizado, é dominado pelos meios de comunicação de massa por meio da televisão. O avanço da internet e das redes sociais parece limitar ainda mais o tempo para a convivência e atividades de socialização. Sob crescente redundância do trabalho, no centro do capitalismo contemporâneo, trabalha-se mais e consagra-se um padrão empobrecido de viver o tempo livre.

Bibliografia

- AGLIETTA; BRENDER. (1984). *Métamorfoses de la société salariale*. Paris: Calmann-Lévy.
- BAUDRILLARD, Jean (2009). *A sociedade do consumo*. 1ª ed. Edições 70.
- BELL, L., FREEMAN, R. B. (1995). Why do Americans and Germans work different hours? In: BUTLER, F.; FRANZ, W.; SCHETTKAT, R.; SOSKICE, D. (Ed.). *Institutional Frameworks and Labor Market Performance*. London: Routledge. p. 101-131.
- BLS – Bureau of Labor Statistics (2010). *American time use survey – 2009 results*. Washington, DC: US/BLS, Jun. 22.
- BLS – Bureau of Labor Statistics (2020a). *American Time Use Survey User’s Guide Understanding ATUS 2003 to 2019*. U.S. Census Bureau & BLS. Jun.
- BLS – Bureau of Labor Statistics (2020b). *American time use survey – 2019 results*. Washington, DC: US/BLS, Jun. 25.
- BURGOON, B.; BAXANDALL, P. (2004). Three worlds of working time: the partisan politics of work hours in industrialized countries. *Politics & Society*, 32, p. 439-473.
- BUTLIN, N. (1977). *A preliminary annual database 1900/01 to 1973/74*. Reserve Bank of Australia. (Research Discussion Paper #7701).
- CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes.

- COSTA, D. (2000). The wage and the length of the work day: from the 1890s to 1991. *Journal of Labor Economics*, 18, p. 156-181.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. (2014). La búsqueda de la emoción. In: DEPORTE y Ocio En El Proceso de La Civilizacion. México: Fondo de Cultura Económica.
- EUROPEAN INDUSTRIAL RELATIONS REVIEW (1982). Annual holiday rights in 12 countries. 102, p. 14-19.
- EUROSTAT (1995). Le temps dans L'Union europe´enne: estimation de la dure´e effective annuelle (1983–1993). *Statistiques en Bref*, Luxembourg, n. 4.
- FLORA, P. (1983). *State, Economy and Society in Western Europe, 1815-1975*. Frankfurt: Campus Verlag.
- GIMENEZ, Denis Maracci (2003). *Políticas de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal*. São Paulo: Ed. Annablume.
- GREEN, F.; POTEPAN, M. J. (1988). Vacation time and unionism in the U.S. and Europe. *Industrial Relations*, 2, p. 180-194.
- GUTMAN, H. G. (1973). Work, culture, and society in industrializing America, 1815-1919. *American Historical Review*, 78, p. 531-588.
- HUBERMAN, M. (2004). Working hours of the world unite? New international evidence of worktime, 1870-1913. *Journal of Economic History*, 64, p. 964-1001.
- HUBERMAN, Michael; MINNS, Chris (2007). The times they are not changin: Days and hours of work in Old and New Worlds, 1870–2000. *Explorations in Economic History*, 44, p. 538-567.
- ILO (1995). Conditions of Work Digest: Working Time Around the World. Geneva: ILO, 2005. Labour establishment surveys. LABORTSTA, Available at: <http://laborsta.ilo.org>.
- INTERNATIONAL LABOR OFFICE (ILO) (1934-38, 1950-80). *Yearbook of Labour Statistics*. Geneva. ILO, (1939). Studies and Reports, Series G (Housing and Welfare), n. 5, Facilities for the Use of Workers' Leisure During Holidays. Geneva.
- JACOBY, S. (1985). *Employing Bureaucracy: Managers, Unions, and the Transformation of Work in American Industry, 1900-1945*. Cambridge University Press, New York. Jones, E. B., 1963. New estimates of work per week and hourly earnings, 1900-1957. *Review of Economics and Statistics*, 45, p. 374-385.
- JONES, E. L. (2006). *Cultures Merging: A Historical and Economic Critique of Culture*. Princeton: Princeton University Press.
- JUDT, T. (2005). *Postwar: A History of Europe since 1945*. New York: Penguin.
- KROLL, Steven (2011). The decline in work hours during the 2007-09 recession. *Monthly Labor Review*, Apr.
- LEWIS, H. G. (1957). Hours of work and hours of leisure. In: PROCEEDINGS of the Ninth Annual Meeting, Industrial Relations Research Association, p. 196-206.
- MADDISON, A. (1995). *Monitoring the World Economy, 1820-1992*. Paris: OECD.

- MADDISON, A. (2001). *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: OECD.
- MARGO, R. A. (2000). The labor force in the nineteenth century. In: ENGERMAN, S. L.; GALLMAN, R. E. (Ed.). *The Cambridge Economic History of the United States*, v. II. New York: Cambridge University Press, p. 207-244.
- McGRATTEN, E. R.; ROGERSON, R., (2004). Changes in hours worked, 1950-2000. *Federal Bank of Minneapolis Quarterly Review*, 28, p. 14-33.
- MONTHLY LABOR REVIEW (1955). Paid vacations for workers in Western Europe. v. 78, p. 88-89.
- O'ROURKE, K. H.; WILLIAMSON, J. G. (1999). *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy*. Cambridge, Mass.; New York: MIT Press.
- OECD (2001). Trends in working hours in OECD countries. *Labour Market and Social Policy, Occasional Papers #45*.
- OECD (2004). *Employment Outlook*. Paris.
- OLIVEIRA, F. (1988). O surgimento do anti-valor. *Novos estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 22, out.
- OSTRY, S., ZAIDI, M. A. (1972). *Labor Economics in Canada*. 2. ed. Macmillan, Toronto.
- OWEN, J. (1988). Work-time reduction in the U.S. and Western Europe. *Monthly Labor Review*, v. 111, p. 51-54. 566 M.
- RODGERS, D. T. (1978). *The Work Ethic in Industrial America*. Chicago: University of Chicago Press.
- ROSE, Richard (1985). *Public Employment in Western Nations*. London: Cambridge University Press.
- SIMMEL, Georg (1967). A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Octávio. Rio de Janeiro: Zahar.
- STEINFELD, R. (1991). *The Invention of Free Labor: The Employment Relation in English and American Law and Culture, 1350-1870*. University of North Carolina Press, Chapel Hill.
- SUNDSTROM, W. A. (2006). Hours and working conditions. In: CARTER, S.; GARTNER, S. S.; HAINES, M. R.; OLMSTEAD, A. L.; SUTCH, R.; WRIGHT, G. (Ed.). *Historical Statistics of the United States: Millennial Edition*, v. 2. New York: Cambridge University Press, p. 301-335.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF LABOR (1900). *Fifteenth Annual Report of the Commissioner of Labor: Wages in Commercial Countries*. 2 v. GPO, Washington, D.C.
- UNIVERSITY OF GRONINGEN AND THE CONFERENCE BOARD GGDC Total Economy Database, 2005. Available at: www.eco.rug.nl/ggdc.
- WILLIAMSON, J. G. (1995). The evolution of global labor markets since 1830: background evidence and hypotheses. *Explorations in Economic History*, 32, p. 141-196.